

BALANÇO PATRIMONIAL

0003 AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

CNPJ: 08.405.256/0001-90

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2019

1.00.00.00.0000 - ATIVO	98.278.074,57 D
1.01.00.00.0000 - ATIVO CIRCULANTE	90.020.209,90 D
1.01.01.00.0000 - DISPONIBILIDADES	277.588,81 D
1.01.01.01.0000 - BENS NUMERARIOS	263.526,40 D
1.01.01.02.0000 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.062,41 D
1.01.02.00.0000 - DIREITOS REALIZÁVEIS	89.742.621,09 D
1.01.02.01.0000 - CONTAS A RECEBER	87.666.442,19 D
1.01.02.02.0000 - ESTOQUES	1.838.552,01 D
1.01.02.03.0000 - ADIANTAMENTOS	235.547,23 D
1.01.02.05.0000 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	404,41 D
1.01.02.07.0000 - DESPESAS DO EXERC. SEGUINTE A APROPRIAR	1.675,25 D
1.02.00.00.0000 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.257.864,67 D
1.02.01.00.0000 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.346.125,78 D
1.02.01.04.0000 - OUTROS VALORES REALIZÁVEIS	4.346.125,78 D
1.02.03.00.0000 - IMOBILIZADO	3.911.738,89 D
1.02.03.01.0000 - BENS TANGÍVEIS	155.033.295,32 D
1.02.03.02.0000 - DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	151.121.556,43 C
1.02.03.03.0000 - BENS INTANGÍVEIS	954.857,58 D
1.02.03.04.0000 - AMORTIZAÇÕES	954.857,58 C
Total do ATIVO	98.278.074,57 D
2.00.00.00.0000 - PASSIVO	98.278.074,57 C
2.01.00.00.0000 - CIRCULANTE	47.227.532,95 C
2.01.01.00.0000 - CIRCULANTE	47.227.532,95 C
2.01.01.01.0000 - FORNECEDORES OPERACIONAIS	2.695.113,47 C
2.01.01.02.0000 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	19.514.897,41 C
2.01.01.03.0000 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	746.845,60 C
2.01.01.04.0000 - REMUNERAÇÃO E ENCARGOS	9.675.047,75 C
2.01.01.05.0000 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS	2.330,00 C
2.01.01.06.0000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	14.593.298,72 C
2.02.00.00.0000 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	46.360.072,82 C
2.02.02.00.0000 - NÃO CIRCULANTE	46.360.072,82 C
2.02.02.01.0000 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	40.952.157,74 C
2.02.02.02.0000 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2.297.106,25 C
2.02.02.03.0000 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	3.110.808,83 C
2.03.00.00.0000 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.690.468,80 C
2.03.01.00.0000 - CAPITAL SOCIAL	16.687.500,00 C
2.03.01.01.0000 - CAPITAL SOCIAL	16.687.500,00 C
2.03.04.00.0000 - RESULTADO ACUMULADOS	11.997.031,20 D
2.03.04.01.0000 - RESULTADOS ACUMULADOS	11.997.031,20 D
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO...	98.278.074,57 C

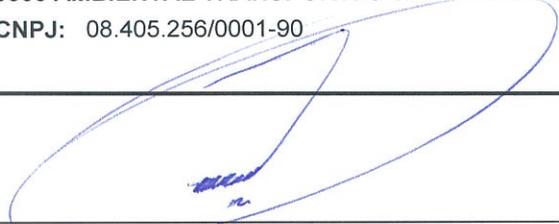
BALANÇO PATRIMONIAL

0003 AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

CNPJ: 08.405.256/0001-90

FOLHA: 000003

ENCERRADO EM: 31/12/2019



EDUARDO CIOLA

FUNÇÃO: DIRETOR ADMINISTRATIVO

RG: 95.598.339

CPF: 030.083.948-09



ADRIANA APARECIDA LUZ

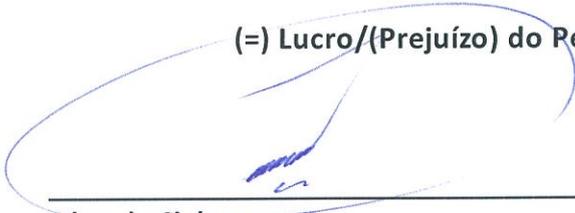
FUNÇÃO: CONTADORA

CPF: 068.230.878-11

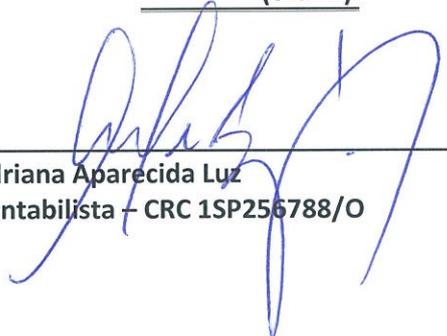
CT/CRC: 1SP256788/O-2

Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais mil)

	<u>2019</u>
Receita Operacional Líquida	170.811
(-) Custo Operacionais	(160.317)
Custo dos Serviços Prestados	(160.317)
(=) Lucro Bruto	10.495
(-) Despesas Administrativas	(15.071)
Despesas Gerais e Administrativas	(15.071)
(=) Resultado Operacional	(4.576)
(+/-) Resultado Financeiro	1.133
(+) Receitas Financeiras	3.820
(-) Despesas Financeiras	(2.686)
(+/-) Lucro/(Prej.) antes dos impostos	(3.443)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(134)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período	(3.577)



Eduardo Ciola
Diretor Administrativo

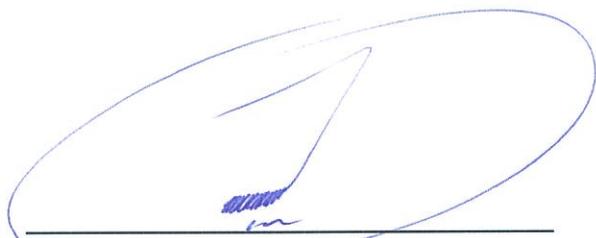


Adriana Aparecida Luz
Contabilista - CRC 1SP256788/O

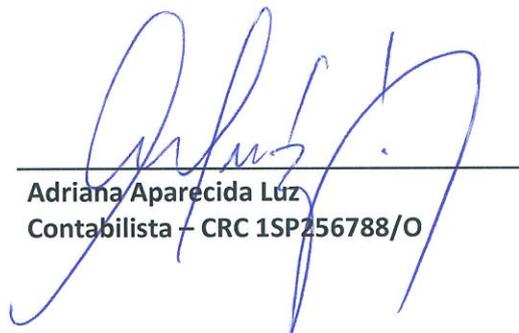
Mutações do Patrimônio Líquido

(Em Reais Mil)

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prej.) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.687	2.279	376	-	19.342
Constituição Reserva Legal	-	(2.279)	-	2.279	-
Reserva de Lucros	-	-	(376)	376	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(11.075)	(11.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.687	-	-	(8.420)	8.267
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(3.577)	(3.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.687	-	-	(11.997)	4.690



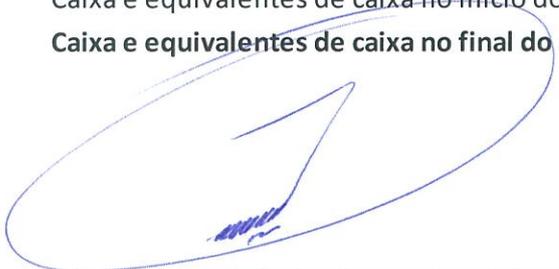
Eduardo Ciola
Diretor Administrativo



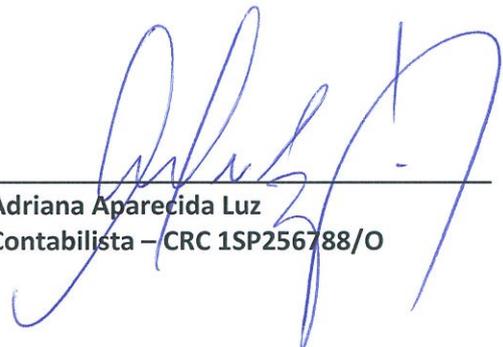
Adriana Aparecida Luz
Contabilista - CRC 1SP256788/O

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2019 (Em Reais mil)

	<u>2019</u>
Lucro /Prejuízo Líquido do exercício (Antes do Imposto de Renda e CSLL)	(3.443)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	
Depreciação, exaustão, amortização	14.269
Imposto de renda e contribuição social	(134)
Ganho/Perda na venda de ativo Imobilizado	882
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais	
Contrato de Mútuo e Sptrans	(6.175)
Estoques	(176)
Bens disponiveis para venda	-
Adiantamentos	(183)
Depósitos judiciais	(3.091)
Outros Créditos	-
Acréscimo (decrécimo) em passivos operacionais	
Fornecedores	937
Impostos e taxas a recolher	(16)
Provisão de Férias e Encargos	(228)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	7
INSS - Parcelamento Paes	(138)
Demais valores a pagar	14.272
Caixa Gerado pelas atividades operacionais	16.783
Atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado	41
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	41
Atividades de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(19.329)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(19.329)
Acréscimo (decrécimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.505)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.783
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	278



Eduardo Ciola
Diretor Administrativo



Adriana Aparecida Luz
Contabilista – CRC 1SP256788/O

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS
FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018.**

(valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A - CNPJ 08.405.256/0001-90**, tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

Em 13 de Dezembro de 2007, a Sociedade, através do Consorcio Leste 4 (do qual fazia parte como empresa líder) obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 4, conforme processo administrativo N° 2005-0.142.361-0, concorrência N° 006/2006 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão N°. 037/07 SMT-GAB.

Em 11 de Outubro de 2013, conforme o Decreto Municipal N°. 54.458, foi declarada a caducidade do Contrato de Concessão N°. 037/07-SMT-GAB, sendo em consequência desfeito o Consorcio Leste 4;

Em razão disso, iniciou-se o regime de contratação emergencial da AMBIENTAL pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT.

Em 05/04/2019 foi publicado Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros e Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Articulação Regional, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A, operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados E8, AR9 e AR0.

Em 24 de maio de 2019 foi assinado pelo Consórcio Transvida - Contrato 029/2019 –Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

b) Ativos e Passivos

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes.

c) Contratos de Mútuos e SPTrans.

As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre Ambientaltrans Investimentos e Participações S.A e Arvida Administração e Participações S.A.

d) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

e) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado.

f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivo Circulante e não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

h) Fornecedores

Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável.

i) Empréstimos e Financiamentos Bancários

Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

k) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para Contingências

Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas.

n) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tem por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota.

o) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC

As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

4. CAIXA E BANCOS

	2019	2018
CAIXA - NUMERARIOS	264	163
BANCOS - DEPOSITOS A VISTA	14	34
TOTAL	278	197

Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.

5. CONTRATOS DE MÚTUO E SPTRANS

	2019	2018
Mútuo - Ambientaltrans Invest. Participações	70.874	62.919
Mútuo - Arvida Adm. E Participações	15.215	12.228
São Paulo Transportes - SP Trans	1.578	6.343
TOTAL	87.666	81.491

Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se a Empréstimos aos acionistas Ambientaltrans Investimentos e Participações S/A e Arvida Administração e Participações S.A, a serem recebidos em 2020.

6. ESTOQUES

Composto conforme segue:

	2019	2018
Peças, componentes e Acessórios	1.604	1.463
Materiais Diversos	103	81
Óleo Diesel	63	72
Óleos, Graxas e Lubrificantes	37	28
Pneus e Materiais de Rodagem	32	20
TOTAL	1.839	1.663

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2019	2018
Penhora - Sptrans	2.255	0
Depósitos Judiciais	2.091	1.255
TOTAL	4.346	1.255

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

CUSTO CORRIGIDO	Saldos 2018	Adições	Baixas	Ajuste	Transf.	Saldos 2019
CUSTO						
Instalações	457	13	(4)	-	-	465
Veículos de Transporte de Passageiros	164.204	-	(14.591)	-	-	149.613
Veículos - Outros	685	-	(41)	-	-	645
Máquinas e Equipamentos (inclui validadores)	2.414	29	(20)	-	-	2.423
Móveis e Utensílios	150	-	-	-	-	150
Aparelhos Rastreadores	1.431	-	-	-	-	1.431
Benfeitorias Bens de Terceiros	305	-	-	-	-	305
Total Custo	169.648	41	(14.656)	-	-	155.033
DEPRECIACÃO ACUMULADA						
		Taxa de Depreciação				
Instalações	(329)	10%	(28)	4	-	(353)
Veículos de Transporte de Passageiros	(145.993)	20%	(13.890)	13.710	-	(146.173)
Veículos - Outros	(495)	10%	(63)	41	-	(517)
Máq Eqptos (inclui validadores)	(1.993)	10%	(248)	20	-	(2.222)
Móveis e Utensílios	(132)	10%	(5)	-	-	(136)
Aparelhos Rastreadores	(1.397)	10%	(18)	-	-	(1.416)
Benfeitorias Bens Terceiros	(290)	10%	(16)	-	-	(305)
Total depreciação	(150.627)		(14.269)	13.774	-	(151.122)
INTANGÍVEL						
Licença (Software) a Amortizar	955	-	-	-	-	955
Amortização de Bens Intangíveis	(955)	20%	-	-	-	(955)
Total intangível	(0)		-	-	-	(0)
Total Imobilizado	19.021		(14.228)	(882)	-	3.912

A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2019	2018
Leasing - Banco Bradesco	12	24
Conta Garantida - Bco Luso	5.856	-
Finames	54.599	74.400
TOTAL	60.467	74.424
CURTO PRAZO	19.515	15.239
LONGO PRAZO	40.952	59.185

Operações Finames para aquisições de veículos de frota operacional, sendo que 80% dos Contratos são pertencentes ao Banco Bradesco firmado em média no prazo de 120 meses a uma taxa anual que varia entre 5,50% a 10,00% .

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PROVISÃO DE FÉRIAS

	2019	2018
Convênios	521	467
Encargos	1.473	1.434
Obrigações trabalhistas e Sociais	1.952	2.038
TOTAL	3.946	3.939
<hr/>		
Provisão para Férias	4.664	4.854
Encargos sobre férias	817	855
TOTAL	5.481	5.709

Referem-se a obrigações trabalhistas e sociais dos colaboradores da empresa, bem como os convênios ora descontados e repassados para as Empresas contratadas .

A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores, acrescidos dos respectivos encargos sociais.

11. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS INSS

	2019	2018
CURTO PRAZO	248	238
LONGO PRAZO	2.297	2.445
TOTAL	2.545	2.683

No dia 25/11/2014 com base na Lei 12.996/2014 aderimos ao Parcelamento de débitos previdenciários em 180 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/09/2029.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2019	2018
Diversos(Aluguel,contas consumo)	63	74
Adiantamentos de Clientes-SPTrans	126	126
Processos Civeis e Trabalhistas	1.636	1.115
Aluguel Frota Pública	12.768	6.230
TOTAL	14.593	7.545

Processos Cíveis e Trabalhistas referem-se a acordos já Transitados em Julgado. Adiantamentos de clientes – SPTrans referem-se a valores adiantados pela mesma a serem descontados no exercício seguinte e Aluguel da Frota conforme Anexo XVII da Relação dos Bens Revertidos do Contrato 036/2018 SMT-GAB.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes levam em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura.

A Administração da Sociedade constituiu provisões para perdas no montante de R\$ 2.969 em função dos processos avaliados como perdas prováveis.

Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Uma entidade deve reconhecer um ativo contingente quando há sua respectiva entrada de caixa.

Em 04.03.2011 e 29.04.2011, a companhia protocolou dois processos judiciais contra a Municipalidade de S. Paulo e a São Paulo Transportes S.A. (SPTrans) com os seguintes objetos:

- Restituição de todos os valores cobrados a maior a título de aluguel da frota de trólebus, em razão da execução do contrato em vigor, processo em andamento – 2ª. Instancia aguardando julgamento em gabinete.
- Readequação do cronograma de substituição da frota de trólebus, e para que seja afastada a responsabilidade da autora pela impossibilidade de cumprir o prazo. Ainda pede-se a restituição dos valores descontados da remuneração acrescido de juros e correção monetária, em andamento – 1ª. Instancia – Saneamento.

Os processos acima referidos totalizam aproximadamente R\$ 63.867. Não reconhecidos na contabilidade como ativos contingentes devido ao estágio em que se encontram.

Em 22 de Março de 2011 foi distribuída Ação Cível Pública requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo os requeridos o Consórcio Leste 4, e todas as suas consorciadas. O referido processo

tem como objeto a solidariedade entre as requeridas de indenizar os consumidores usuários de serviços de transporte coletivo especialmente da região leste da Capital, e se encontra ainda em 1ª instância de julgamento, classificada por seus assessores jurídicos como perda possível no montante de R\$ 49.698.

Descrição	Saldo 31/12/2018	Aumento Processo Trabalhista	Aumento Processo Cível	Baixas / Pagamentos	Baixa Depósitos Judiciais	Saldo 31/12/2019
Provisão p/processos	1.073	732	1.165	-	-	2.969

14. CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2014 foi aumentado o capital social da empresa, passando a 18.750.000 (Dezoito milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, ao valor de R\$ 0,89 totalizando em R\$ 16,7.

Com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, apurou-se o Prejuízo de R\$ 3.577, apurando assim um Prejuízo Acumulado Líquido de R\$ 11.997.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei 12.715/2012, que substitui a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a Receita Bruta das empresas de Prestação de Serviços Transportes Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/2013, que reduziu a Zero as alíquotas da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.

	2019	2018
<u>Receita Operacional</u>	<u>174.467</u>	<u>173.387</u>
Receitas Municipais	174.467	173.387
<u>(-) Deduções da Receita</u>	<u>(3.656)</u>	<u>(3.602)</u>
Contribuição Previdenciária (Desoner:	(3.656)	(3.602)
	<u>170.811</u>	<u>169.786</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados do Curto e Longo Prazo.

Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 até o momento, que possam impactar materialmente às demonstrações financeiras daquela data.

* * * *

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**



AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo Srs.

Aos Administradores e acionistas

AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.



Sandro Casagrande
Sócio Contador
CRC 1SP194140/O-9
BC Control Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP022159/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais mil)

ATIVO	NOTAS	2019	2018	PASSIVO		2019	2018
				CIRCULANTE	NOTAS		
CIRCULANTE		90.020	85.996			47.228	35.194
Caixa e Bancos	4	278	197	Fornecedores		2.698	1.761
Aplicações Financeiras		0	2.586	Obrigações Trabalhistas e Sociais	10	3.946	3.999
Contrato de Mútuo e SPTrans	5	87.666	81.491	Provisão de Férias	10	5.481	5.709
Estoques	6	1.889	1.663	Empréstimos e Financiamentos - CP	9	19.515	15.239
Adiantamentos		237	54	Impostos e Taxas		747	763
Outros Créditos		0	4	Outras Contas a Pagar	12	14.598	7.545
				Parcelamento de Tributos - INSS	11	248	238
NÃO CIRCULANTE		8.258	20.276	NÃO CIRCULANTE		51.050	71.078
Realizável a Longo Prazo		4.346	1.255	Exigível a Longo Prazo		46.360	62.811
Depósitos Judiciais	7	4.346	1.255	Empréstimos e Financiamentos - LP	9	40.952	59.185
				Parcelamento de Tributos - INSS - LP	11	2.297	2.445
				Outras Contas a Pagar		142	108
				Provisão para Contingências	13	2.969	1.073
Imobilizado		3.912	19.021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.680	8.267
Custo		155.083	169.648	Capital Social	14	16.687	16.687
Depreciação e Amortizações		(151.122)	(150.627)	Prejuízo acumulado		(11.997)	(8.420)
Intangível		0	0				
Custo		955	955				
Depreciação e Amortizações		(955)	(955)				
TOTAL DO ATIVO		98.278	106.272	TOTAL DO PASSIVO		98.278	106.272

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em Reais mil)

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita Operacional Líquida	15	170.811	169.786
(-) Custo Operacionais		(160.317)	(167.365)
Custo dos Serviços Prestados		(160.317)	(167.365)
(=) Lucro Bruto		10.495	2.421
(-) Despesas Administrativas		(15.071)	(12.487)
Despesas Gerais e Administrativas		(15.071)	(12.487)
(=) Resultado Operacional		(4.576)	(10.066)
(+/-) Resultado Financeiro		1.133	(958)
(+) Receitas Financeiras		3.820	2.962
(-) Despesas Financeiras		(2.686)	(3.919)
(+/-) Lucro/(Prej.) antes dos impostos		(3.443)	(11.024)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		(134)	(51)
(=) Lucro/(Prejuízo) do Período		(3.577)	(11.075)

Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Reais Mil)

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/(Prej.) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.687	2.279	376	-	19.342
Constituição Reserva Legal	-	(2.279)	-	2.279	-
Reserva de Lucros	-	-	(376)	376	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(11.075)	(11.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.687	-	-	(8.420)	8.267
(-) Prejuízo do Exercício	-	-	-	(3.577)	(3.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.687	-	-	(11.997)	4.690

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais mil)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro /Prejuízo Líquido do exercício (Antes do Imposto de Renda e CSLL)	<u>(3.443)</u>	<u>(11.024)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, exaustão, amortização	14.269	29.124
Imposto de renda e contribuição social	(134)	(51)
Ganho/Perda na venda de ativo Imobilizado	882	13
Decréscimo (a Acréscimo) em ativos operacionais		
Contrato de Mútuo e Sprans	(6.175)	(8.630)
Estoques	(176)	(160)
Bens disponíveis para venda	-	34
Adiantamentos	(183)	151
Depósitos judiciais	(3.091)	120
Outros Créditos	-	400
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	937	(61)
Impostos e taxas a recolher	(16)	73
Provisão de Férias e Encargos	(228)	346
Obrigações Trabalhistas e Sociais	7	204
INSS - Parcelamento Paes	(138)	(110)
Demais valores a pagar	14.272	11.973
Caixa Gerado pelas atividades operacionais	<u><u>16.783</u></u>	<u><u>22.408</u></u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	41	99
Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos	<u><u>41</u></u>	<u><u>99</u></u>
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(19.329)	(23.097)
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos	<u><u>(19.329)</u></u>	<u><u>(23.097)</u></u>
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.505)	(595)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.783	3.378
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>278</u></u>	<u><u>2.783</u></u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS
FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018.**

(valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S/A - CNPJ 08.405.256/0001-90**, tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

Em 13 de Dezembro de 2007, a Sociedade, através do Consorcio Leste 4 (do qual fazia parte como empresa líder) obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 4, conforme processo administrativo N° 2005-0.142.361-0, concorrência N° 006/2006 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão N°. 037/07 SMT-GAB.

Em 11 de Outubro de 2013, conforme o Decreto Municipal N°. 54.458, foi declarada a caducidade do Contrato de Concessão N°. 037/07-SMT-GAB, sendo em consequência desfeito o Consorcio Leste 4;

Em razão disso, iniciou-se o regime de contratação emergencial da AMBIENTAL pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT.

Em 05/04/2019 foi publicado Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros e Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Articulação Regional, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A, operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados E8, AR9 e AR0.

Em 24 de maio de 2019 foi assinado pelo Consórcio Transvida - Contrato 029/2019 –Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

b) Ativos e Passivos

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes.

c) Contratos de Mútuos e SPTrans.

As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre Ambientaltrans Investimentos e Participações S.A e Arvida Administração e Participações S.A.

d) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

e) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado.

f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivo Circulante e não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

h) Fornecedores

Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável.

i) Empréstimos e Financiamentos Bancários

Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

k) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para Contingências

Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas.

n) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tem por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota.

o) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC

As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

4. CAIXA E BANCOS

	2019	2018
CAIXA - NUMERARIOS	264	163
BANCOS - DEPOSITOS A VISTA	14	34
TOTAL	278	197

Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.

5. CONTRATOS DE MÚTUO E SPTRANS

	2019	2018
Mútuo - Ambientaltrans Invest. Participações	70.874	62.919
Mútuo - Arvida Adm E Participações	15.215	12.228
São Paulo Transportes - SP Trans	1.578	6.343
TOTAL	87.666	81.491

Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se a Empréstimos aos acionistas Ambientaltrans Investimentos e Participações S/A e Arvida Administração e Participações S.A, a serem recebidos em 2020.

6. ESTOQUES

Composto conforme segue:

	2019	2018
Peças, componentes e Acessórios	1.604	1.463
Materiais Diversos	103	81
Óleo Diesel	63	72
Óleos, Graxas e Lubrificantes	37	28
Pneus e Materiais de Rodagem	32	20
TOTAL	1.839	1.663

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2019	2018
Penhora - Sptrans	2.255	0
Depósitos Judiciais	2.091	1.255
TOTAL	4.346	1.255

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

CUSTO CORRIGIDO	Saldos 2018		Adições	Baixas	Ajuste	Transf.	Saldos 2019
<u>CUSTO</u>							
Instalações	457		13	(4)	-	-	465
Veículos de Transporte de Passageiros	164.204		-	(14.591)	-	-	149.613
Veículos - Outros	685		-	(41)	-	-	645
Máquinas e Equipamentos (inclui validadores)	2.414		29	(20)	-	-	2.423
Móveis e Utensílios	150		-	-	-	-	150
Aparelhos Rastreadores	1.431		-	-	-	-	1.431
Benfeitorias Bens de Terceiros	305		-	-	-	-	305
Total Custo	169.648		41	(14.656)	-	-	155.033
<u>DEPRECIACÃO ACUMULADA</u>							
		Taxa de Depreciação					
Instalações	(329)	10%	(28)	4	-	-	(353)
Veículos de Transporte de Passageiros	(145.993)	20%	(13.890)	13.710	-	-	(146.173)
Veículos - Outros	(495)	10%	(63)	41	-	-	(517)
Máq Eqptos (inclui validadores)	(1.993)	10%	(248)	20	-	-	(2.222)
Móveis e Utensílios	(132)	10%	(5)	-	-	-	(136)
Aparelhos Rastreadores	(1.397)	10%	(18)	-	-	-	(1.416)
Benfeitorias Bens Terceiros	(290)	10%	(16)	-	-	-	(305)
Total depreciação	(150.627)		(14.269)	13.774	-	-	(151.122)
<u>INTANGÍVEL</u>							
Licença (Software) a Amortizar	955		-	-	-	-	955
Amortização de Bens Intangíveis	(955)	20%	-	-	-	-	(955)
Total intangível	(0)		-	-	-	-	(0)
Total Imobilizado	19.021		(14.228)	(882)	-	-	3.912

A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2019	2018
Leasing - Banco Bradesco	12	24
Conta Garantida - Bco Luso	5.856	-
Finames	54.599	74.400
TOTAL	60.467	74.424
CURTO PRAZO	19.515	15.239
LONGO PRAZO	40.952	59.185

Operações Finares para aquisições de veículos de frota operacional, sendo que 80% dos Contratos são pertencentes ao Banco Bradesco firmado em média no prazo de 120 meses a uma taxa anual que varia entre 5,50% a 10,00% .

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PROVISÃO DE FÉRIAS

	2019	2018
Convênios	521	467
Encargos	1.473	1.434
Obrigações trabalhistas e Sociais	1.952	2.038
TOTAL	3.946	3.939
<hr/>		
Provisão para Férias	4.664	4.854
Encargos sobre férias	817	855
TOTAL	5.481	5.709

Referem-se a obrigações trabalhistas e sociais dos colaboradores da empresa, bem como os convênios ora descontados e repassados para as Empresas contratadas .

A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores, acrescidos dos respectivos encargos sociais.

11. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS INSS

	2019	2018
CURTO PRAZO	248	238
LONGO PRAZO	2.297	2.445
TOTAL	2.545	2.683

No dia 25/11/2014 com base na Lei 12.996/2014 aderimos ao Parcelamento de débitos previdenciários em 180 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/09/2029.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2019	2018
Diversos(Aluguel,contas consumo)	63	74
Adiantamentos de Clientes-SPTrans	126	126
Processos Cíveis e Trabalhistas	1.636	1.115
Aluguel Frota Pública	12.768	6.230
TOTAL	14.593	7.545

Processos Cíveis e Trabalhistas referem-se a acordos já Transitados em Julgado. Adiantamentos de clientes – SPTrans referem-se a valores adiantados pela mesma a serem descontados no exercício seguinte e Aluguel da Frota conforme Anexo XVII da Relação dos Bens Revertidos do Contrato 036/2018 SMT-GAB.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes levam em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura.

A Administração da Sociedade constituiu provisões para perdas no montante de R\$ 2.969 em função dos processos avaliados como perdas prováveis.

Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Uma entidade deve reconhecer um ativo contingente quando há sua respectiva entrada de caixa.

Em 04.03.2011 e 29.04.2011, a companhia protocolou dois processos judiciais contra a Municipalidade de S. Paulo e a São Paulo Transportes S.A. (SPTrans) com os seguintes objetos:

- Restituição de todos os valores cobrados a maior a título de aluguel da frota de trólebus, em razão da execução do contrato em vigor, processo em andamento – 2ª. Instancia aguardando julgamento em gabinete.
- Readequação do cronograma de substituição da frota de trólebus, e para que seja afastada a responsabilidade da autora pela impossibilidade de cumprir o prazo. Ainda pede-se a restituição dos valores descontados da remuneração acrescido de juros e correção monetária, em andamento – 1ª. Instancia – Saneamento.

Os processos acima referidos totalizam aproximadamente R\$ 63.867. Não reconhecidos na contabilidade como ativos contingentes devido ao estágio em que se encontram.

Em 22 de Março de 2011 foi distribuída Ação Cível Pública requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo os requeridos o Consórcio Leste 4, e todas as suas consorciadas. O referido processo

tem como objeto a solidariedade entre as requeridas de indenizar os consumidores usuários de serviços de transporte coletivo especialmente da região leste da Capital, e se encontra ainda em 1ª instância de julgamento, classificada por seus assessores jurídicos como perda possível no montante de R\$ 49.698.

Descrição	Saldo 31/12/2018	Aumento Processo Trabalhista	Aumento Processo Cível	Baixas / Pagamentos	Baixa Depósitos Judiciais	Saldo 31/12/2019
Provisão p/processos	1.073	732	1.165	-	-	2.969

14. CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2014 foi aumentado o capital social da empresa, passando a 18.750.000 (Dezoito milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, ao valor de R\$ 0,89 totalizando em R\$ 16,7.

Com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, apurou-se o Prejuízo de R\$ 3.577, apurando assim um Prejuízo Acumulado Líquido de R\$ 11.997.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei 12.715/2012, que substitui a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a Receita Bruta das empresas de Prestação de Serviços Transportes Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/2013, que reduziu a Zero as alíquotas da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.

	2019	2018
<u>Receita Operacional</u>	<u>174.467</u>	<u>173.387</u>
Receitas Municipais	174.467	173.387
<u>(-) Deduções da Receita</u>	<u>(3.656)</u>	<u>(3.602)</u>
Contribuição Previdenciária (Desoner:	(3.656)	(3.602)
	<u>170.811</u>	<u>169.786</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados do Curto e Longo Prazo.

Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 até o momento, que possam impactar materialmente às demonstrações financeiras daquela data.

* * * *